



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE JORNALISMO**

VIRNA LUISE SILVA PEREIRA

**MULHERES TRANS E JORNALISMO
Inserção, representação e possibilidades**

Maceió

2022

VIRNA LUISE SILVA PEREIRA

MULHERES TRANS E JORNALISMO
Inserção, representação e possibilidades

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Jornalismo da
Universidade Federal de Alagoas, como
requisito para a obtenção do título de
Bacharela em Jornalismo.
Orientador: Antonio Francisco R. Freitas

Maceió

2022

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Jone Sidney A. de Oliveira – CRB-4 – 2062

P436m Pereira, Virna Luise Silva.
Mulheres trans e jornalismo: inserção, representação e possibilidades /
Virna Luise Silva Pereira. – 2022.
51 f. : il. color.

Orientador: Antonio Francisco R. Freitas.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo) –
Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas,
Comunicação e Artes. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 47 - 51.

1. Mulher Trans,. 2. Jornalismo. 3. Transexualidade. I. Título.

CDU: 378: 070.41

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir as vivências de mulheres trans nos diversos âmbitos e possibilidades da área do jornalismo. Ao longo de 4 Seções, discutimos desde suas possibilidades de inserção dentro da profissão de jornalista, e de que forma as dificuldades enfrentadas por elas no campo tanto da educação básica quanto da universidade as colocam em profissões marginalizadas, dificultando assim que acessem o ensino superior e conseqüentemente se tornem jornalistas. Além disso, abordamos a forma como o jornalismo tem lidado com a pauta trans ao longo dos anos e seu impacto na perpetuação de estereótipos. E de que forma o jornalismo pode ser um aliado para a transformação social. O TCC está ancorado em uma série de autores clássicos da Teoria Queer como Butler (2011) e Louro (1997), além de teóricos importantes do campo do jornalismo como Hartley (2001) e Hall (2016).

Palavras-chave: mulher trans, jornalismo, transexualidade.

ABSTRACT

This research aims to discuss the experiences of transgender women in various aspects and possibilities within the field of journalism. Throughout four chapters, we will discuss their opportunities for inclusion in the journalism profession and how the difficulties they face in both basic education and university place them in marginalized professions, making it challenging for them to access higher education and consequently become journalists. Additionally, we will address how journalism has dealt with the transgender agenda over the years and its impact on perpetuating stereotypes, as well as how journalism can be an ally for social transformation. All of this will be anchored in a series of classic authors from Queer Theory, such as Judith Butler and Guacira Lopes Louro, as well as important theorists in the field of journalism like John Hartley and Stuart Hall.

Keywords: transgender women, journalism, transsexuality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 IDENTIDADE DE GÊNERO E TEORIA QUEER: CONCEITOS INICIAIS.....	10
1.1 Teoria Queer.....	13
1.2 Os termos “travesti” e “transexual”	14
2 MULHER TRANS, EDUCAÇÃO E A PROFISSÃO DE JORNALISTA.....	18
2.1 Mulheres Trans e Educação Escolar.....	18
2.2 Mulheres trans e o Ensino Superior.....	20
2.3 Mulheres trans e Mercado de Trabalho.....	23
2.4 Mulheres trans e a profissão de Jornalista.....	25
3 A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES TRANS NA MÍDIA.....	28
3.1 Mulheres Trans e Sociedade.....	28
3.2 Representação, mulheres trans e jornalismo.....	31
4 JORNALISMO E SEU PAPEL NA LUTA PELOS DIREITOS DA POPULAÇÃO TRANS	39
4.1 A cobertura Jornalística em casos de violência contra mulheres trans.....	39
4.2 Papel do Jornalismo na denúncia de violações de direitos das mulheres trans	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS	49

INTRODUÇÃO

É comum ver que a representação que a população LGBT recebe na mídia é na maioria das vezes feita de forma negativa, e isso é um reflexo do excesso de estereótipos e da falta de interesse dos meios de comunicação em retratar esses personagens de forma humanizada. Frequentemente, eles são relegados a papéis secundários, cujo objetivo é fazer o público rir, enquanto as narrativas principais giram em torno de personagens heterossexuais e cisgêneros.

Nos últimos anos, tem havido um aumento nos estudos que exploram a relação do jornalismo com a comunidade LGBT, mesmo ainda sendo relativamente poucos em comparação a outras áreas temáticas. Essas pesquisas são de extrema importância para discutir a diversidade sexual e examinar as informações veiculadas diariamente na mídia. Ao acompanhar notícias e reportagens de diversos jornais, despertou-se meu interesse em investigar a representação das mulheres travestis e transexuais, tanto como sujeito nas reportagens, como também sua presença dentro do campo do jornalismo. Concentrei-me nessas mulheres, pois elas fazem parte de um grupo extremamente marginalizado dentro da comunidade LGBT.

A pluralidade de identidades de gênero também costuma ser pouco explorada na mídia e no jornalismo. A sociedade geralmente aceita apenas a mulher ou o homem cisgênero, ou seja, aquele que se identifica com o gênero atribuído no nascimento. A cultura brasileira, assim como muitas outras, entende que as identidades de gênero são determinadas exclusivamente por nossos órgãos genitais: se você nasce com pênis, é considerado homem; se nasce com vagina, é considerado mulher. Qualquer coisa fora dessa norma é alvo de condenação. Esse fenômeno é evidente nas notícias e reportagens sobre mulheres travestis e transexuais, que são vítimas diárias de crimes de ódio. Apesar de a Constituição Federal assegurar o bem-estar de todos os brasileiros sem discriminação, na prática, observa-se indiferença ou violência em relação à vida dessas mulheres.

A existência das mulheres travestis e transexuais desafia as normas de gênero estabelecidas, transcende as concepções convencionais do que é ser homem ou mulher. Sendo assim, o jornalismo desempenha um papel importante nessa discussão, pois pode servir como uma plataforma para questionar a cultura heteronormativa, ajudando a desafiar estigmas e preconceitos.

Como aponta Sousa (2001), a construção da notícia é um reflexo da realidade, moldada por fatores pessoais, sociais, ideológicos e históricos. Ela é influenciada pelo

contexto sociocultural. Portanto, todos esses elementos se refletem na forma como as notícias (e as reportagens) são construídas. A mídia e os veículos jornalísticos frequentemente recorrem a estereótipos em suas representações, reforçando a transfobia na sociedade e restringindo as múltiplas formas de existência das mulheres travestis e transexuais. Além disso, elas são enquadradas em posições sociais das quais, supostamente, nunca poderão sair.

No Brasil, existem várias organizações políticas que lutam contra o preconceito em relação às pessoas LGBT. Essas entidades buscam promover a diversidade de formas de existência na sociedade brasileira. Uma das maiores organizações é a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), fundada em 1995. Ela é uma rede composta por cerca de duzentas organizações LGBT em todo o país. A ABGLT lançou o Manual de Comunicação LGBT, que apresenta vários exemplos de abordagens inadequadas em relação às mulheres travestis e transexuais. A organização trabalha para promover e garantir os direitos de todos aqueles que não se encaixam nos padrões heteronormativos. A mídia e seu tratamento das representações e questões relacionadas à comunidade LGBT no jornalismo são um dos focos da organização.

Felizmente, existem portais jornalísticos alternativos que atendem às necessidades específicas de matérias relacionadas a mulheres travestis e transexuais. O Nexo e Jornalistas Livres são exemplos de portais brasileiros que contribuem para a construção de representações múltiplas e positivas dessas mulheres. É crucial romper com estereótipos e mostrar de maneira respeitosa e digna todas as conquistas que essas mulheres têm alcançado no Brasil e no mundo.

Quando uma notícia é publicada afirmando que mulheres travestis e transexuais são "homens" ou "homens que se vestem de mulher", estamos anulando sua identidade simbólica. O uso do artigo masculino ao se referir a elas também é problemático. A sociedade as julga e não leva em consideração a violência diária da transfobia que as vitima, reduzindo-as a meros números estatísticos. Ignora-se o fato de que elas têm desejos e sonhos que vão além de sua identidade de gênero. É essencial, portanto, ouvir as vozes dessas mulheres, que enfrentam estigmatização e marginalização pela sociedade. Atualmente, existem informações suficientes para que muitos veículos de comunicação reavaliem suas formas de representar as minorias sociais. Essas informações podem ser encontradas, por exemplo, no Manual de Comunicação LGBT.

Neste sentido, nosso objetivo neste trabalho é analisar e discutir alguns pontos referentes a presença, representatividade e as possibilidades que as mulheres trans possuem dentro do jornalismo brasileiro, sendo assim, esta pesquisa será dividida em 5 Seções, a primeira abordará e discutirá conceitos importantes acerca da Teoria Queer e identidade de gênero, e de que forma a norma estabelecida interrompe e interfere nas diversas subjetividades vividas pelos sujeitos.

Na segunda Seção é feita uma discussão sobre a vivência das mulheres trans na educação, passando desde a educação básica e como as diversas dificuldades enfrentadas por elas refletem no alto número de evasão escolar e no baixíssimo número de mulheres trans em universidades. Neste contexto abordamos quais as perspectivas que essa população tem para o mercado de trabalho e de que forma elas conseguem se inserir em cursos de jornalismo e qual a importância de jornalistas trans para uma transformação da área.

A terceira Seção aborda as representações das mulheres travestis e transexuais no jornalismo. Explicamos a importância do ato de representar dentro de uma cultura e porque é fundamental ampliar as formas de representação. Também discutimos quais narrativas e discursos são utilizados nas representações das mulheres travestis e transexuais. Concluímos o capítulo defendendo a necessidade de uma contextualização aprofundada em matérias que abordam essas mulheres, pois acreditamos que, ao adotar essa abordagem na construção de notícias e reportagens, o jornalismo pode contribuir para romper com visões preconceituosas e reducionistas em relação a elas.

Na quarta Seção é feita a discussão sobre o jornalismo como ferramenta de mudança social, problematizando a forma como ele representa as mulheres trans, e de que forma ele pode atuar para contribuir na luta pelos direitos da população trans no Brasil. Desta forma, esperamos construir um debate com diversas esferas acerca do jornalismo e sua relação com a comunidade transgênera. Na última Seção estão concentradas as reflexões finais deste trabalho, trazendo um pouco da discussão para Alagoas, Estado esse que está no top 10 de mais perigosos para a população LGBTQIA+.

1 IDENTIDADE DE GÊNERO E TEORIA QUEER: CONCEITOS INICIAIS

Antes de adentrarmos propriamente no que tange a experiência de pessoas trans dentro das esferas do jornalismo, é preciso entender de que forma essas identidades desviantes são formuladas e discutidas. Stuart Hall nos diz que,

À medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente (2006, p. 13).

De acordo com o autor, é destacado que os indivíduos possuem múltiplos aspectos de identificação, relacionados a diferentes grupos, e que as transformações estruturais nas sociedades estão resultando na fragmentação das identidades baseadas em classes sociais, gênero, sexualidade, etnia e outros fatores.

A partir dessa perspectiva, compreendemos que a identidade na era pós-moderna assume várias configurações possíveis, incluindo a identidade de gênero. Nesse contexto, o elemento biológico pode ser observado principalmente por meio das mudanças corporais e adaptação em relação ao gênero com o qual o indivíduo se identifica. Já o aspecto social desempenha um papel importante na manipulação da linguagem, como o uso do gênero feminino para se referir a pessoas transexuais e travestis, além da alteração do nome civil para o nome social.

É relevante ressaltar que nossas identidades de gênero são formadas em meio às relações interpessoais e são construídas e significadas pela cultura, independentemente dos sexos biológicos. No entanto, reconhecemos que, culturalmente, nossas identidades de gênero estão sempre relacionadas aos sexos biológicos, uma vez que atribuímos valores distintos ao feminino e ao masculino, e associamos diferentes comportamentos e funções a cada gênero em diferentes culturas. (LAGO, 1999.).

No contexto da transgeneridade, a lógica tradicional que busca fundamentar as possibilidades e papéis identitários principalmente no sexo biológico é rompida. Pessoas transgênero identificam-se com um gênero oposto àquele relacionado ao seu sexo biológico, evidenciando a distinção entre sexo e gênero. Essa realidade pode causar estranhamento e confusão em algumas pessoas. A falta de discussão sobre o assunto é um fator significativo para entendermos e começarmos a abordar as causas dos problemas e preconceitos enfrentados pelas pessoas transgênero.

Historicamente, a sociedade estabeleceu conceitos de mulher e homem, nos quais esperava-se dos indivíduos que cumprissem certos papéis de gênero. Além disso, havia uma expectativa de que eles se identificassem com os gêneros atribuídos a eles ao nascerem, o que também estava ligado à sua orientação sexual, sendo a heterossexualidade considerada a norma.

Para serem socialmente aceitos, as pessoas tinham que aderir a uma série de comportamentos relacionados ao modo de pensar, agir e se vestir. No entanto, aqueles que se identificassem como homossexuais, bissexuais ou não fossem cisgêneros enfrentavam discriminação e hostilidade por parte de uma parcela significativa da sociedade. Nunes aponta que,

[...] ao nascer, ou mesmo antes, às pessoas é designado um gênero a partir do que se entende como sendo seu sexo biológico. Se essa pessoa desenvolve uma identidade de gênero correspondente ao gênero que lhe foi designado, tem seu gênero legitimado: é cisgênera. Se essa pessoa desenvolve uma identidade de gênero diferente do que lhe foi designado, terá seu gênero deslegitimado e será transgênera. Enquanto pessoa trans, será considerada patológica e portadora de uma disforia, que precisa ser resolvida - panorama (re)produzido pelos discursos médico e legal (NUNES, 2017, p. 4).

A cisgeneridade confere privilégios a muitos indivíduos, resultando em desvantagens para pessoas travestis e transexuais no Brasil. O país é caracterizado por uma forte presença de religiosidade conservadora, o que cria um ambiente hostil para a diversidade de gênero. Embora o Estado seja laico, de acordo com a Constituição Federal, influências religiosas, como o catolicismo e o evangelismo, exercem uma influência significativa na política. Através dessa esfera, líderes religiosos transmitiram valores extremamente conservadores aos seus seguidores, como a crença de que "um homem nunca pode se tornar uma mulher" ou que relações amorosas entre pessoas do mesmo sexo são consideradas "pecado".

Mulheres travestis e transexuais, foco central desta pesquisa, enfrentam diariamente diversas formas de violência, pois desafiam as normas estabelecidas pela sociedade, representando a possibilidade de transcender as concepções convencionais de gênero. Embora seja comum na imaginação popular considerá-las como "homens que se vestem de mulher" ou "não mulheres verdadeiras", estudos indicam que os conceitos de masculinidade e feminilidade são construções sociais. Não há uma fórmula fixa que defina quem somos e como nos sentimos.

Em 2018, a Organização Mundial da Saúde (OMS) removeu a transexualidade da Classificação Internacional de Doenças Mentais (CID-10). Agora, a transexualidade não é mais considerada uma doença mental, mas sim como "Condições relacionadas à saúde sexual". Isso representa uma vitória para pessoas transexuais e motivo de comemoração para a comunidade LGBT. Com esse avanço, espera-se que a sociedade quebre estigmas estabelecidos, principalmente o de considerar a transexualidade como uma "doença".

Os limites impostos pelo gênero e pela orientação sexual afetam de várias maneiras aqueles que não se encaixam nos padrões tradicionais de homem e mulher. Essas pessoas enfrentam violências verbais e físicas que restringem suas vidas, desejos e sonhos. No Brasil, em 2017, surgiu o termo "ideologia de gênero", que gerou e ainda gera muitas discussões. Políticos conservadores tentaram impedir que gênero e sexualidade fossem discutidos em escolas de algumas cidades do país.

O termo "ideologia" é complexo e pode ser interpretado de diferentes maneiras. De forma geral, refere-se a uma ideia, uma visão de mundo ou até mesmo uma doutrina. No caso da suposta "ideologia de gênero", a alegação era de que as instituições estariam trabalhando para alterar os gêneros e orientações sexuais de crianças e adolescentes. No entanto, membros da comunidade LGBT e estudiosos enfatizam que a "ideologia de gênero" é uma falácia. No entanto, membros da comunidade LGBT e estudiosos enfatizam que a "ideologia de gênero" é infundada e não corresponde à realidade. O autor aponta que,

Ao mesmo tempo em que [as travestis] produzem meticulosamente traços e formas femininas no corpo, estão construindo e recriando seus valores de gênero, tanto no que concerne ao feminino como ao masculino. A ingestão de hormônios, as aplicações de silicone, as roupas e os acessórios, o acuar a neça, as depilações são momentos de um processo que é maior e que tem por resultado a própria travesti e o universo que ela cria e habita (BENEDETTI, 2005, p. 131.).

O entendimento e reconhecimento da travestilidade/transexualidade variam de país para país. Por exemplo, na Índia, as pessoas transexuais são consideradas como o "terceiro gênero" e não se enquadram nas categorias masculino ou feminino. Elas são conhecidas como *hijras* e enfrentam discriminação e rejeição, muitas vezes sobrevivendo através da prostituição e da mendicância. Essa realidade é comum entre os membros da comunidade LGBT, que frequentemente são privados de direitos básicos, incluindo o direito à vida. Eles são uma minoria social, evidenciando

os privilégios que indivíduos heterossexuais e cisgêneros desfrutam. Além disso, essa minoria destaca como certas existências são valorizadas enquanto outras são ignoradas. Esse processo de diferenciação ocorre devido à valorização da heterossexualidade e da cisgeneridade.

1.1 Teoria Queer

A teoria Queer oferece uma perspectiva muito importante para compreender as complexidades enfrentadas pelas pessoas transgênero, uma vez que busca questionar e desafiar as normas e lógicas estabelecidas na estrutura social. Portanto, ela pode ser uma ferramenta eficaz para questionar a ideia predominante de identidade baseada no sexo biológico, que é frequentemente reforçada por discursos religiosos que influenciam as relações políticas no Brasil atualmente. Miskolci (2017) nos traça um importante quadro histórico sobre os movimentos sociais dos anos de 1960 no livro “Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças”;

[...] enquanto o movimento mais antigo defendia a homossexualidade aceitando valores hegemônicos, os queer criticam esses valores, mostrando como eles engendram as experiências da abjeção da vergonha, do estigma [...] o novo movimento queer voltava sua crítica à emergente heteronormatividade, dentro da qual até gays e lésbicas normalizados são aceitos, enquanto a linha vermelha da rejeição social é pressionada contra outr@s, aquelas e aqueles considerados anormais ou estranhos por deslocarem o gênero ou não enquadrarem suas vidas amorosas e sexuais no modelo heterorreprodutivo. (MISKOLCI, 2017, p.25)

Embora o estigma em relação aos homossexuais exista, a violência causada pelo estigma enfrentado pelas pessoas transgênero é ainda maior. Essa violência se manifesta não apenas através do uso inadequado dos pronomes de pessoas trans, mas também por meio de atos mais violentos, infelizmente, incluindo casos alarmantes de assassinatos. Os números de mortes de pessoas transgênero são extremamente preocupantes. Atualmente, no Brasil, há demandas básicas sendo reivindicadas pelas pessoas transgênero como por exemplo a mudança de nome, direito à identidade e o uso de banheiros de acordo com seu gênero.

Assim, questionar as normas sociais que ditam como cada indivíduo deve se comportar de acordo com seu sexo é fundamental para compreender as tensões e conflitos enfrentados pelas pessoas transgênero. Essas pessoas desafiam a ordem estabelecida, baseada na heteronormatividade e na binariedade do sexo biológico.

Nesse sentido, a teoria queer desempenha um papel importante, uma vez que busca questionar a própria existência dessas normas. É necessário considerar que as tensões e desigualdades entre os indivíduos em uma sociedade são resultantes de diversas instâncias, como instituições, classes sociais e discursos, e não apenas das relações entre indivíduos que desempenham determinados papéis sociais. Portanto, é crucial entender o gênero como um elemento constituinte das identidades, e não apenas dos papéis individuais. (LOURO, 2011).

Neste sentido, as inquietações provocadas ou consequência da existência de pessoas transgênero por ser formulada por,

evidenciarem, mais do que outros, o caráter inventado, cultural e instável de todas as identidades. São significativas, ainda, por sugerirem concreta e simbolicamente possibilidades de proliferação e multiplicação das formas de gênero e de sexualidade (LOURO, 2018, p.23).

A própria existência de identidades que desafiam as normas sociais questiona a validade, eficácia e importância do sistema social em rotular e encaixar as pessoas em papéis pré-definidos com base em suas características físicas, classe social e gênero. As relações sociais conflituosas discutidas até agora, relacionadas aos conceitos de gênero e identidade, estão intimamente ligadas à necessidade de abordar os problemas sociais enfrentados pelas pessoas transgênero. Essa parte da população, que se identifica com um gênero diferente do que lhe foi atribuído no nascimento, ainda não possui garantia de direitos em algumas legislações, incluindo o Brasil.

1.2 Os termos “travesti” e “transexual”

As pesquisas sobre travestilidade e transexualidade iniciaram-se ainda no século XIX, principalmente na área da medicina (LEITE JUNIOR, 2008). Na época em que essas pesquisas eram desenvolvidas, já existia um conceito sobre homossexualidade, que também influenciava as percepções. Para a sociedade daquela época, as pessoas travestis e transexuais eram vistas como algo confuso. Como poderiam algumas pessoas se identificar como homens se nasceram com órgãos genitais femininos? E como outras poderiam se identificar como mulheres se nasceram com órgãos genitais masculinos? A falta de compreensão desse

"fenômeno" levou a muitas formas de violência física e simbólica direcionadas a esses corpos pois,

[...] um ponto começa a ganhar destaque por questionar, mesmo que indiretamente, a separação entre 'vida interna' e 'mundo exterior', 'mente' e 'corpo': a apresentação externa de si mesmo como alguém pertencente ao sexo "oposto", tema já historicamente estigmatizado. Ou seja, quem – ou o quê – são e qual o lugar na nova ordem social das mulheres que se vestem de homens e vice-versa? (LEITE JUNIOR, 2008, p. 100).

O conceito de travestilidade surgiu inicialmente em relação à transexualidade e continua, até os dias atuais, associado ao ato de se vestir e se transformar. De Jesus (2012, p. 16), Travesti é um termo usado "quase sempre em um sentido pejorativo, como sinônimo de 'imitação', 'engano' ou de 'fingir ser o que não se é'". Não é de difícil compreensão que termos como "traveco" e "trava" foram criados intencionalmente para enfatizar o que seria uma suposta "falha" que essas mulheres são.

O termo transexual foi introduzido posteriormente, com uma conexão direta com o campo da medicina, onde passou a ser objeto de estudo mais aprofundado. Nesse contexto, o conceito de transexualidade era frequentemente abordado com uma perspectiva patológica. Jesus aponta que "A novidade que o século XX trouxe para as pessoas transexuais foram os avanços médicos, que lhes permitiram adquirir uma fisiologia quase idêntica à de mulheres e homens cisgênero" (2012, p. 14). O autor também nos afirma que tudo era feito de forma muito rudimentar, mesmo assim eram importantes e revolucionários para pessoas transexuais.

Embora as definições mencionadas anteriormente sejam amplamente conhecidas, especialmente no ambiente acadêmico, é importante ressaltar que elas podem variar dependendo do indivíduo que está se expressando. Segundo Benedetti (2005), em sua dissertação baseada em entrevistas com mulheres travestis e transexuais em Porto Alegre, essas mulheres tendiam a definir a mulher travesti como aquela que não passou por cirurgia genital, enquanto aquela que passou era considerada transexual. No entanto, é importante destacar que o termo "travesti", em particular, é visto como um instrumento político de resistência. Essas definições podem refletir as experiências e perspectivas das próprias pessoas envolvidas, mostrando a diversidade de entendimentos e usos dos termos dentro da comunidade trans.

É crucial ressaltar que, apesar das insistências conservadoras em negar a identidade de mulheres travestis ou transexuais, elas continuam sendo mulheres. Uma vez que os gêneros são construções sociais, não há uma resposta absoluta que defina o que é ser homem ou mulher, quem pertence ao gênero masculino ou feminino. Entre as várias definições existentes, a que melhor expressa nossa crença é que ser homem ou ser mulher é, acima de tudo, a forma como alguém se enxerga no mundo e vivencia sua própria vida. Lopes nos diz que,

[...] as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (LOURO, 1997, n.p.).

Compreendemos que a perspectiva mencionada é compartilhada pela maioria da sociedade, o que se reflete na abordagem do jornalismo em relação às pessoas LGBT+. Não é surpreendente que haja uma demarcação nessa representação por meio do uso de palavras para identificar esses indivíduos, durante o processo de produção de notícias e reportagens, com o objetivo de torná-los reconhecíveis pelo público em geral. Contudo, Alves, Souza e Moreira, nos dizem que “O ato de nomear e de reconhecer o outro a partir de um nome revelam práticas discursivas que tanto podem visibilizar politicamente sujeitos e seus corpos, quanto silenciá-los” (2016, p. 29). Sendo assim, é importante questionar como as manchetes e as narrativas são construídas.

Acreditamos que há outras abordagens possíveis para identificar as pessoas LGBT nas narrativas jornalísticas, promovendo uma escrita mais sensível sobre esses indivíduos e conectando o valor-notícia a uma perspectiva mais abrangente. Os valores-notícia são elementos essenciais na produção jornalística, orientando os profissionais a identificar o que torna um evento relevante para se transformar em notícia. Traquina nos informa que “os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, ‘valor-notícia’” (2008, p. 63).

É essencial buscar diferentes formas de construir narrativas sobre as minorias sociais, pois isso contribui para que o público reflita sobre as violências enfrentadas pelas pessoas LGBT. Narrativas que apresentam uma contextualização mais

profunda e que não reduzem esses indivíduos apenas às suas identidades de gênero ou orientação sexual têm o poder de evidenciar as falhas do Estado em relação àqueles que não se encaixam nos padrões heterossexuais e cisgêneros de ser e existir.

2 MULHER TRANS, EDUCAÇÃO E A PROFISSÃO DE JORNALISTA

2.1 Mulheres Trans e Educação Escolar

O processo escolar e universitário para mulheres trans é um grande desafio, uma vez que elas enfrentam diversas barreiras e preconceitos ao longo de sua trajetória acadêmica, pois frequentemente são vítimas de discriminações, bullying e diversos tipos de violências não somente simbólicas, mas também físicas, que acontecem dentro do ambiente escolar, prejudicando assim o seu desempenho no que diz respeito a notas e frequência. Quando Bauman (2005), nos traz o conceito de identidade, é necessário apontar que a escola representou e ainda representa um espaço de práticas que validam identidades sociais, e é neste local que crianças e adolescentes expressam seus demarcadores, que muitas vezes são divergentes dos que são aceitos socialmente.

Sendo assim, muitas vezes mulheres trans não se sentem seguras no espaço escolar e podem enfrentar uma série de obstáculos burocráticos, como por exemplo o uso do nome social, que acaba limitando sua participação em atividades escolares e esportivas, o que pode gerar constrangimento e discriminação por parte de colegas e professores. Neste sentido apontam Silva e Maio (2017, p. 311),

Podemos afirmar que, ao iniciarem os processos de transformação dos corpos e comportamentos, as trans causam certo estranhamento nas relações que produzem no contexto familiar e dos outros espaços dos quais participam. Elas se arriscam a ultrapassar as fronteiras culturalmente criadas em relação aos gêneros, subvertem a convenção social da identidade de gênero aliada ao sexo, inscrevendo em si uma diferença negativada. Problematizações dessa ordem fazem parte do que nos dispusemos a investigar.

Franco e Cicillini (2016, p. 135) afirmam que, dentre as inúmeras discussões que permeiam as vivências LGBTs nas escolas, as Travestis e transexuais são as que “permanecem historicamente como o segmento social mais exposto às mais variadas formas de vulnerabilidades e exclusão.” Neste sentido, a Escola acaba aderindo a práticas e discursos que reafirmam princípios de exclusão, sendo assim, é importante que os agentes escolares se aproximem de possibilidades que conduzam a políticas e teorias que possam dar condições de não somente problematizar, mas também de solucionar os problemas relacionados aos processos identitários e articulá-los com as possibilidades de *ser* e *estar* no ambiente escolar.

E Reidel (2013) aponta que não há um comprometimento das escolas com as identidades de gênero que divergem da norma, sendo assim, este espaço não

consegue ser acolhedor e nem elaborar ferramentas que tornem o percurso escolar mais igualitário e respeitoso. A autora afirma que “se a escola tradicional não as ensinou, elas aprenderam o resto na escola da vida” (2013, p. 65).

Para entender um pouco melhor as experiências escolares de mulheres trans, é importante trazer dados para que possamos visualizar melhor essas vivências. De acordo com levantamento pioneiro feito pela Faculdade de Medicina de Botucatu – FMB da Universidade Estadual Paulista – UNESP publicado na Nature Scientific Reports em 2021, 2% da população adulta brasileira são pessoas transgênero e não binárias, ou seja, aproximadamente 3 milhões de pessoas.

Neste sentido, um estudo realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no ano de 2020, mostrou que 33,3% das mulheres trans entrevistadas haviam abandonado a escola antes de completar o ensino médio. Além disso, 37,5% afirmaram ter sofrido bullying na escola em razão de sua identidade de gênero, o que pode afetar sua frequência e desempenho escolar.

Uma pesquisa, da Rede Nacional de Pessoas Trans no Brasil, de 2017, aponta que 82% dos transexuais abandonam o ensino médio entre os 14 e os 18 anos. A falta de políticas públicas efetivas para garantir a inclusão e o respeito às diferenças de gênero nas escolas pode ser um fator que contribui para esses altos índices de evasão. Segundo a pesquisa da UFRGS, apenas 17,5% das mulheres trans entrevistadas afirmaram que as escolas onde estudaram ofereciam suporte adequado para questões de gênero.

Reidel (2013) nos coloca que as diversas dificuldades que as mulheres trans vivem por saírem do padrão de masculinidade as tornam corpos que precisam ser corrigidos, e por isso, vivenciam experiências de anulação e exclusão. Caem com frequência na intolerância e desrespeito, que são naturalizadas no seu dia a dia.

Ou seja, a escola ainda é um ambiente pautado pela disciplina, sendo assim, o gênero se apresenta como um ponto que escancara a reprodução de desigualdades sociais que estão colocadas na nossa cultura, seja em brincadeiras, sociabilidades e outros. Junqueira (2010, p. 03) aponta que há uma naturalização da “Pedagogia do Insulto”, através de:

piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes etc. se constituem poderosos mecanismos de objetivação, silenciamento, dominação simbólica, normalização, marginalização e exclusão.

Desta forma, podemos perceber que a escola acaba se tornando mais um espaço que reproduz os diversos preconceitos que pessoas trans já são obrigadas a passar em seu dia a dia. Se tornando um ambiente hostil e que perde o sentido de sua permanência, fazendo assim com que essa população fique mais a margem ainda, pois a ela é negado o direito da Educação, impedindo assim de ter acesso a outros espaços, como o da Universidade.

2.2 Mulheres trans e o Ensino Superior

O processo universitário pode ser ainda mais desafiador para mulheres trans, pois os desafios acabam acontecendo logo no início, como por exemplo a própria conclusão do Ensino Médio. Neste contexto, a alta evasão escolar da população trans tem como consequência que apenas 0,3% da população universitária federal do país se identifica como pessoa trans, de acordo com a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), de 2018.

É inegável que programas governamentais mais amplos voltados a pessoas trans são importantes no que tange o acesso a direitos, porém, ainda há uma lacuna quando nos referimos a programas específicos não somente de acesso, mas também de permanência de pessoas trans no Ensino Superior. O máximo que vemos são algumas ONGs que oferecem cursinhos preparatórios para ENEM, como por exemplo o *Tô Passada*, que é um cursinho preparatório para o Enem que atende pessoas da comunidade LGBT em Uberlândia (MG) e região.

O Nome Social é o nome pelo qual uma pessoa trans se identifica e é conhecida em sua comunidade, nem sempre correspondendo ao nome em seu registro de nascimento e documentos oficiais. Para assegurar o reconhecimento respeitoso das pessoas trans, algumas instituições, incluindo universidades, criaram políticas internas de uso do Nome Social em 2008. Em 2016, o Decreto nº 8.727, assinado pela ex-presidente Dilma Roussef, estendeu o direito de reconhecimento do Nome Social e identidade de gênero a todas as pessoas trans no âmbito da administração pública, autárquica e administrativa.

É importante apontar que políticas públicas referentes ao uso do nome social são imprescindíveis para o acesso ao acesso ao Ensino Superior pela população trans. Como apontam Scote e Garcia (2020, p. 04),

A aceitação, aplicação e legalização do uso do nome social é um dos elementos que colaboraram para a ampliação e, principalmente, o acesso da população trans ao Ensino Superior. Conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o número de travestis e transexuais que realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) saltou de 102, em 2014, para 278, em 2015, e 408 em 2016, quadruplicando em um intervalo de 2 anos. (INEP, 2016).

Os autores também nos mostram que para graduandos/as trans, a dificuldade de acesso a direitos básicos, como moradia e alimentação, é uma realidade que pode ser enfrentada através de bolsas-auxílio. Essas bolsas são parte das políticas nacionais de permanência estudantil, que visam auxiliar estudantes de baixa renda a cursar a graduação e incluem auxílio moradia, transporte e alimentação, bem como extensão e estágio.

Há também bolsas de monitoria e de pesquisa, como iniciação científica, mestrado e doutorado, que são importantes para a formação e permanência dos alunos na Universidade. Embora há alguns anos existam políticas internas que respeitem a identidade de gênero, a permanência de alunas trans dentro das Universidades depende também da garantia de diversos direitos, como os mencionados acima, que corroboram para o reconhecimento das identidades de gênero na Universidade.

Um grande exemplo que podemos apontar é o da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em que há iniciativas que buscam garantir o acesso da população trans ao ensino formal, mesmo que de forma discreta, como a destinação de vagas por segmento em alguns programas de pós-graduação, desde que a pessoa seja aprovada no processo seletivo.

O Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, por exemplo, ofereceu em seu edital de 2020 uma vaga para pessoas autodeclaradas pretas/pardas, indígenas, trans e com deficiência. De forma semelhante, o Programa de Pós-Graduação em Educação reserva um percentual de suas vagas para alunos pretos e pardos e uma vaga na classificação geral para pessoas trans. A UFSC é uma das doze universidades federais brasileiras que oferecem vagas específicas para pessoas trans, dentre as sessenta e três existentes no país.

Tabela 1 - Universidades com cotas para alunas e alunos trans

Universidade	Tipo
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Cotas em curso de Pós-Graduação
Universidade Federal Rural de Pernambuco	Cotas em curso de Pós-Graduação
Universidade Federal do ABC	Cotas em curso de Graduação
Universidade Federal do Mato Grosso	Cotas em curso de Pós-Graduação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Cotas em curso de Pós-Graduação
Universidade de Brasília	Cotas em curso de Pós-Graduação
Universidade Federal do Paraná	Cotas em curso de Pós-Graduação
Universidade Federal da Bahia	Cotas em curso de Graduação e Pós-Graduação
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Cotas em curso de Pós-Graduação
Universidade Federal Fluminense	Cotas em curso de Pós-Graduação
Universidade Federal de Santa Catarina	Cotas em curso de Pós-Graduação
Universidade Federal do Sul da Bahia	Cotas em curso de Graduação e Pós-Graduação

Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO. Ao menos 12 universidades federais do país têm cotas para alunos trans. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ao-menos-12-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-alunos-trans.shtml>. Acesso em: 23 abr. 2023.

É importante destacar que em 2018, a UFABC criou o regimento da Comissão Especial para Pessoas Transgêneras, Transexuais e Travestis (CEPT), aprovado em fevereiro de 2023. A UFSB oferece a Bolsa de Auxílio à Permanência – Vivências Trans e a Cartilha Nacional de Serviços Públicos de Saúde para a Pessoa Trans. Já a UNEB tem o Programa Afirmativa, que visa conceder bolsas de pesquisa e extensão a alunos cotistas, além de disponibilizar cartilhas voltadas para docentes.

A regulamentação das políticas de ações afirmativas realizada em governos anteriores teve um impacto significativo na Universidade, tanto na graduação quanto na pós-graduação, e no serviço público. Essas políticas servem de inspiração para a construção de ações similares destinadas a outros grupos sociais, como a população trans, considerando a alta taxa de evasão e expulsão do espaço de educação formal. Além das ações afirmativas, as políticas institucionais, como o nome social, são cruciais para o acesso e permanência da população trans na Universidade e têm sido uma das principais demandas dos movimentos LGBTI+ no campo educacional.

2.3 Mulheres trans e Mercado de Trabalho

No ambiente laboral, diversas desigualdades sociais são reproduzidas, incluindo a falta de representatividade institucional que afeta especialmente aqueles que pertencem a grupos minoritários. Mesmo quando mais numerosos em um determinado local, esses grupos são frequentemente privados de igualdade de oportunidades, tratamento e poder na sociedade (ZAULI et al., 2013).

O direito ao trabalho é garantido como um direito social pelo artigo 6º da Constituição Federal de 1988 e é fundamental para a vida cotidiana das pessoas. No entanto, algumas minorias sofrem com a violação desse direito, direta ou indiretamente, o que se torna um problema para esses indivíduos. A relação entre o homem e o trabalho conecta o indivíduo a todos os outros grupos sociais, e quando essa relação é comprometida ou prejudicada, pode ter graves consequências para a saúde física, mental e psicológica do sujeito. (HASHIMOTO, FELIPPE e MOREIRA, 2016).

Quando pensamos na situação das mulheres trans no Brasil, encontram-se diversas pesquisas referentes a violência ou saúde, sendo assim, pouco se pesquisa e produz referente a outros âmbitos da vida de pessoas trans, como por exemplo sua inserção no mercado de trabalho. Luma de Andrade, a primeira travesti a se doutorar no Brasil, nos aponta que “A maioria das políticas públicas direcionadas a travestis e transexuais é direcionada para a prevenção de doenças e o combate à exploração sexual, e não para políticas de inclusão na escola e no trabalho.” (ANDRADE, 2012, p. 226).

Ela faz uma crítica a falta de empenho governamental na criação de políticas públicas que tenham como foco a inclusão de transexuais e travestis tanto nas escolas quanto no mercado de trabalho – ambientes dos quais a grande parte dessas pessoas está excluída. Almeida e Vasconcelos (2018, p. 307) nos colocam que,

Ou seja, pensa-se na população trans a partir de sua situação de invisibilidade, violência e vulnerabilidade, mas pouco se aborda o tema na perspectiva de acesso a direitos, como à saúde integral (para além do tratamento de DSTs, incluindo hormonioterapia e cirurgia de transgenitalização), à educação ou ao trabalho.

Segundo pesquisa publicada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), estima-se que em torno de 90% das mulheres travestis e transexuais se prostituam, consistindo a prostituição fonte de renda para quem “não conquistou outros espaços” (REIDEL, 2013, p. 74-75). Além de poucas iniciativas governamentais referentes à inserção da população trans no mercado de trabalho, poucos também são as pesquisas oficiais referentes a este tema, ou seja, pouco se sabe sobre o perfil e condicionantes acerca de travestis e transexuais empregadas formal ou informalmente.

Quando pensamos nos fatores que interferem neste problema, não podemos desconsiderar o assunto já tratado neste trabalho, que é a falta de escolaridade, pois a negação ao acesso e permanência na escola impede que pessoas trans obtenham a qualificação necessária para competir por vagas de emprego. Além disso, esbarramos novamente em questões burocráticas, pois como aponta Amaral (2013) a carência de “passaportes básicos”, como uma documentação que a identifique é um fator que as deixa atrás na fila dos empregos.

A falta de educação formal, a discriminação social, a falta de apoio familiar, o preconceito e a falta de políticas governamentais que garantam os direitos das pessoas trans são obstáculos que afetam sua capacidade de encontrar empregos. Como resultado, a maioria dessas pessoas trabalha informalmente em ocupações estereotipadas, como cabelereiras, maquiadoras e manicures, ou se envolvem na prostituição.

Atualmente, popularizou-se programas de diversidade dentro de empresas privadas, que tem como objetivo incrementar o número de funcionários que façam parte de minorias, como por exemplo mulheres, pessoas negras e pessoas LGBTQs. Porém, Herring e Henderson (2011) apontam que essas ferramentas de gestão de diversidade acabam não sendo tão eficientes no enfrentamento da desigualdade, pois muitas vezes acabam havendo divergências entre discursos e práticas, já que não adianta apenas contratar minorias, mas é necessário haver uma mudança na cultura das empresas.

Almeida e Vasconcelos (2018) apontam que mesmo quando as travestis e transexuais conseguem empregos em organizações que afirmam seguir políticas de respeito à diversidade e às diferenças, elas ainda enfrentam barreiras devido ao preconceito enraizado nas estruturas. Elas experimentam discriminação e intolerância que se tornaram comuns, e muitas vezes são forçadas a esconder sua

identidade porque não se encaixam nos padrões binários e heteronormativos considerados legítimos pela sociedade.

2.4 Mulheres trans e a profissão de Jornalista

Até aqui discutiu-se as diversas dificuldades enfrentadas pela população trans para a conclusão da Educação Básica, sua inserção e permanência no Ensino Superior e as dificuldades enfrentadas por elas quando se fala em mercado de trabalho formal. Sendo assim, quando pensamos na profissão de jornalista, com muita dificuldade conseguimos lembrar de algum profissional que faça parte da comunidade LGBT. Montalvão (2020, p. 12) discute que,

Desde o início dos telejornais e até hoje, profissionais que aparecem diante das câmeras optam – ou são induzidos a – por esconder sua sexualidade, não dentro da redação jornalística, mas sim do público. A premissa do telejornalismo de que nada pode destoar do foco – a notícia – é tão incorporada dentro das grandes empresas de comunicação que jornalistas, para se adequar a isso, abrem mão dos trejeitos, falas, sotaques e, de certa forma, corpos. E os que não conseguem abdicar dessas suas características não chegam a ser contratados.

Dentro da sigla LGBT, existe uma população que é ainda mais invisibilizada dentro do mercado de trabalho, afinal, quantas mulheres trans jornalistas você lembra de ter visto ou conhecido? Onde estão? Podemos citar algumas, como por exemplo a Alana Rocha, que foi a primeira mulher trans a ser contratada para ser repórter na TV Aratu, afiliada do SBT, na Bahia, e atuou no jornalismo policial.

Hoje em dia é repórter e CEO da TV Verdade e do Blog Hora da Verdade, em Riachão do Jacuípe, região metropolitana de Feira de Santana (BA). Lisa Gomes é repórter na RedeTV!, na área de jornalismo de celebridades, integrante da equipe de programas como a “A tarde é sua” e “TV Fama”. Sua entrada no telejornalismo se deu por um projeto que ela mesma propôs e foi aceito pela emissora: a “Web Drag Repórter”.

Quando se pesquisa sobre mulheres trans e a profissão de jornalista, a maioria das notícias que se encontra é justamente com essa manchete “*A primeira*”: *A primeira mulher trans numa redação esportiva*, ou *A primeira mulher trans repórter*, ou seja, o Brasil e o mundo ainda caminham a passos pequenos no que tange à real inserção e representatividade de corpos e identidades no jornalismo, inclusive, não

há nenhum dado de pesquisa sobre a quantidade de pessoas LGBTQs no jornalismo, dificultando assim discussões e análises sobre o perfil do jornalista brasileiro.

Essa falta de representatividade pode levar a uma cobertura insensível ou imprecisa de assuntos relacionados à comunidade trans, e contribuir para a perpetuação de estereótipos e preconceitos. Além disso, a ausência de profissionais trans nas redações também pode impedir o acesso a fontes e histórias importantes que poderiam enriquecer a cobertura jornalística. Infelizmente, o que ainda vemos quando traçamos o perfil do jornalismo brasileiro é que ele ainda é cisnormativo.

No entanto, é importante destacar que a inclusão de profissionais trans no jornalismo não é apenas uma questão de representatividade. Ela também é fundamental para garantir uma cobertura justa e precisa de temas relacionados à diversidade de gênero, bem como para promover a diversidade e a inclusão na sociedade como um todo.

Para abordar essa questão, é fundamental que as redações e as organizações jornalísticas tomem medidas concretas para promover a inclusão de profissionais trans, incluindo a criação de políticas de contratação inclusivas e a promoção de ambientes de trabalho seguros e acolhedores. Além disso, é importante que os profissionais do jornalismo sejam capacitados para cobrir assuntos relacionados à diversidade de gênero de maneira sensível e precisa. Somente por meio desses esforços, poderemos garantir uma cobertura jornalística inclusiva e representativa de todas as formas de identidade de gênero, contribuindo para uma sociedade mais justa e respeitosa da diversidade.

3 A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES TRANS NA MÍDIA

3.1 Mulheres Trans e Sociedade

Antes de falarmos sobre como a população trans é enxergada pela mídia, devemos primeiramente refletir sobre o conceito de Representações sociais. Esta ideia foi introduzida pelo psicólogo romeno Serge Moscovici, que a define como,

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (MOSCOVICI, 2003, p. 21).

Ou seja, as representações sociais se tornam parte do nosso cotidiano, de modo a facilitar a nossa comunicação. O autor também afirma que “Elas impregnam a maioria das nossas relações estabelecidas, os objetos que nós produzimos ou consumimos e as comunicações que estabelecemos” e são produtos dessa comunicação e interação. (2003, p.10). Sendo assim, podemos concluir que,

[...] em primeiro lugar, elas (representações sociais) convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas (MOSCOVICI, 2003, p. 34).

Essa forma de categorizar constrói o conceito de senso-comum, já que toda imagem está ligada a uma representação. O senso comum consiste em um conhecimento transmitido de geração em geração, e a interpretação equivocada de imagens pode levar à formação de preconceitos em relação a certos grupos, que podem perdurar até que sejam adequadamente retratadas.

Neste contexto, as minorias sociais se tornam um símbolo na luta contra esse senso comum criado pela sociedade, que respinga em diversas áreas, incluindo a mídia e o jornalismo. Estes veículos de comunicação transmitem valores relacionados ao gênero e à sexualidade para seus telespectadores e leitores diariamente, se retroalimentando. Numa forma de lutar contra o senso comum e os estereótipos construídos através das representações sociais, os movimentos se organizam na busca por seus direitos, promovendo protestos, passeatas e eventos específicos, como a Parada LGBT, que servem como um espaço de encontro para milhares de pessoas que são discriminadas devido à sua sexualidade ou identidade de gênero. Dessa forma, esses grupos conseguem inserir-se, aos poucos, em setores que historicamente lhes foram negados. Sodré (2005) afirma que as minorias sociais também têm como característica uma falta de poder em diversos setores da sociedade,

Ora, a noção contemporânea de minoria - isto que aqui se constitui em questão - refere-se à possibilidade de terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do Poder aqueles setores sociais ou frações de classe comprometidas com as diversas modalidades de luta assumidas pela questão social. Por isso, são considerados minorias os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos indígenas, os ambientalistas, os antineoliberalistas, etc. (SODRÉ, 2005, p. 1).

Segundo Angelin e Marco (2014), durante muitos anos, os grupos minoritários foram - e continuam sendo - marginalizados pela sociedade e considerados de menor valor social, o que resulta em sua constante exploração e exclusão. Sodré também afirma que as minorias sociais são “Uma recusa de consentimento, uma voz de dissenso em busca de uma abertura contra-hegemônica no círculo fechado das determinações societárias” (2005, p. 2).

Já que existem poucos mecanismos legais que possam assegurar a pessoas LGBTQs o acesso a seus direitos, algumas organizações foram criadas com o objetivo de mobilizar e cobrar posicionamentos e ações por parte do Estado. Por exemplo a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), e no caso das pessoas transexuais, podemos citar a ANTRA, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, que “É uma rede nacional que articula em todo o Brasil 127 instituições que desenvolvem ações para promoção da cidadania da população de Travestis e Transexuais.”¹ Estas organizações têm um objetivo em comum, que é o combate ao preconceito e a luta por direitos.

Santoro (2014, p. 17) diz que “Cada representação generalizante utilizada de modo a conferir a uma pessoa o status de inferioridade ou de impedi-la de ser tratada com base na própria individualidade e de ser julgada com base nas próprias ações”, ou seja, quando não tratamos as questões da população trans de forma legítima, sua individualidade e cidadania são desrespeitadas. Desta forma, os estereótipos contribuem para perpetuar as desigualdades de poder existentes na sociedade e, devido à sua longa história, muitas vezes não são questionados pelos indivíduos. Aqueles que são rotulados por meio desses estereótipos são frequentemente desumanizados, sendo negados seus desejos, sonhos e subjetividades.

Como um mecanismo de ataque às minorias, em torno do ano de 2017, o termo "ideologia de gênero" foi cunhado e tem gerado muitas controvérsias. Políticos conservadores têm tentado impedir o debate sobre gênero e sexualidade em escolas de algumas cidades do país. Como o termo "ideologia" é multifacetado e possui diversas interpretações, em termos gerais, pode ser definido como um conjunto de ideias, uma visão de mundo ou até mesmo uma doutrina.

Nesse contexto, a chamada "ideologia de gênero" implica que instituições e pessoas estariam tentando mudar o gênero e a orientação sexual de crianças e

¹ Informação retirada do próprio site da organização.

adolescentes. No entanto, membros da comunidade LGBT e pesquisadores argumentam que a "ideologia de gênero" não passa de uma falácia. Na verdade, o que se busca é discutir a diversidade sexual e de gênero de forma inclusiva e sem qualquer viés ideológico com as crianças e adolescentes.

Portanto, é importante que as pessoas sejam educadas a respeitar a diversidade de gênero e sexualidade, para que indivíduos que não se enquadram nas normas estabelecidas pela sociedade não se sintam isolados e estigmatizados. Infelizmente, as mulheres transexuais ou travestis enfrentam dificuldades para serem aceitas como tal pela sociedade. Sobre isso, Marco Benedetti deixa bem claro as dificuldades enfrentadas por elas na busca da construção de sua feminilidade,

Ao mesmo tempo em que [as travestis] produzem meticulosamente traços e formas femininas no corpo, estão construindo e recriando seus valores de gênero, tanto no que concerne ao feminino como ao masculino. A ingestão de hormônios, as aplicações de silicone, as roupas e os acessórios, o acuarar a noca, as depilações são momentos de um processo que é maior e que tem por resultado a própria travesti e o universo que ela cria e habita (BENEDETTI, 2005, p. 131).

É comum observar que pessoas LGBTs são apontadas a partir daquilo que as torna diferentes dos demais, ou seja, é comum observar na mídia brasileira que mulheres trans são identificadas a partir da sua identidade de gênero. Sempre é “uma travesti” ou “uma mulher trans”, que nunca possuem nome ou história. Este método de abordagem acaba tendo como consequência a perpetuação de uma representação da diferença entre “mulher” e “travesti”, como se não houvesse relação entre as duas categorias.

Ou seja, é necessário refletir sobre outras formas de construir narrativas que abordem minorias sociais, uma vez que isso pode levar o público a uma reflexão mais profunda sobre as violências que indivíduos LGBTs enfrentam. Narrativas que contextualizam de forma abrangente e não reduzem as pessoas à sua identidade de gênero ou condição sexual têm o potencial de expor as falhas do Estado em relação àqueles que não se enquadram nos padrões heterossexuais e cisgêneros de ser e existir.

Algumas discussões apontam como é forte a influência que a mídia possui no dia a dia dos sujeitos e como acaba por homogeneizar comportamentos, sendo assim, faz parte desse processo a propagação de estereótipos. Azevedo aponta que a mídia desenvolveu algumas características que são - quase – imutáveis,

monopólio familiar e propriedade cruzada nos meios de comunicação de massa, pequena diversidade externa do ponto de vista político e viés conservador, baixa circulação dos jornais associada ao baixo número de leitores e, como consequência no campo da grande imprensa, um jornalismo orientado prioritariamente para as elites e permeável a influência dos públicos fortes (AZEVEDO, 2006, p. 44)

Ou seja, iniciar um trabalho de quebra de estereótipos, ou pelo menos tentar não os perpetuar, contribui para que pessoas LGBT não tenham suas vivências (de)limitadas. Romper com essa representação e lógica cisnormativa e heterossexual ajuda na construção de formas múltiplas em todas as instâncias da mídia brasileira.

3.2 Representação, mulheres trans e jornalismo

No senso comum, há a crença de que o jornalismo é capaz de refletir de forma fiel a realidade. No entanto, é importante destacar que, ao representar a realidade, o jornalismo acaba a reconstruindo simbolicamente, gerando formas de conhecimento sobre ela. Há uma série de fatores que interferem nesse processo de representação, como as subjetividades do jornalista, suas condições de trabalho e as políticas editoriais do veículo em que trabalha. Além disso, a notícia produzida é uma interpretação da realidade, muitas vezes descrita como discurso ou narrativa jornalística. Por fim, é importante lembrar que aqueles que consomem as informações jornalísticas o fazem por meio de diferentes canais e mediações.

Sob a ótica da teoria construtivista, Stuart Hall (2016) afirma que os indivíduos e as coisas não possuem a capacidade de atribuir significados na linguagem. É por meio dos sistemas de representação, construídos pelos sujeitos dentro da sociedade, que se estabelecem sentidos. Neste contexto, a representação tem uma grande influência na forma como percebemos outras pessoas, podendo contribuir para o surgimento de preconceitos ou para uma visão reducionista desses indivíduos,

São os atores sociais que usam os sistemas conceituais, o linguístico e outros sistemas representacionais de sua cultura para construir sentido, para fazer com que o mundo seja compreensível e para comunicar sobre esse mundo, inteligivelmente, para outros. (HALL, 2016, p. 49).

Diferentemente de outras, espera-se que a narrativa jornalística seja comprometida com a verdade e a imparcialidade. No entanto, esses valores

fundamentais do jornalismo não são praticados pelas organizações. As realidades construídas pelo jornalismo têm o poder de apresentar ao público uma compreensão da sua própria cultura.

No entanto, quando se trata das mulheres transexuais e travestis, as realidades construídas são frequentemente limitadas a temas relacionados à prostituição e às drogas, sendo atravessadas por discursos conservadores. Essa narrativa é determinada pelo jornalista em conjunto com a linha editorial da empresa, decidindo o que será narrado sobre essas mulheres e como será apresentado. Infelizmente, muitas vezes essas mulheres só são pauta quando são brutalmente assassinadas,

O discurso jornalístico não reflete a realidade. Traduz e a constrói via recursos discursivos, simulando realidades mediante todo um sistema próprio de cada veículo, em que os jornalistas captam um certo número de informações e que são transformadas em notícias por meio do discurso perpassado pelas rotinas produtivas, pela experiência do jornalista, pela ideologia e cultura do veículo (ROSA, 2003, p. 58).

Rosana de Lima Soares aponta que “Por meio de seus enunciados, o discurso prepara a cena da realidade, estabelecendo uma lei, uma hierarquia, ordenando o que pode ser visível, audível, factível” (2002, p. 55). A cobertura jornalística sobre as mulheres travestis e transexuais é filtrada e selecionada, determinando quais informações são apresentadas e quais são subentendidas ou omitidas. É possível perceber isso na forma como essas mulheres são identificadas, muitas vezes sendo referenciadas pelo nome de nascimento em vez do nome social, o que configura uma violência simbólica contra o sujeito noticiado. Além disso, os discursos utilizados pelos jornalistas podem refletir seus conhecimentos e posicionamentos em relação à comunidade LGBT, mesmo que de forma implícita.

O jornalista que faz um fato virar uma notícia tem como objetivo que a mensagem que ele quer passar seja captada pelo leitor, e para isso ele usa o discurso,

Como produto da enunciação, o enunciado é um ato individual que pressupõe um sujeito. Alguém enuncia. Alguém produz um ato de fala. Alguém produz um discurso. Mas esse alguém não está sozinho. O enunciado constitui uma relação verbal entre dois sujeitos. Enunciar pressupõe dizer alguma coisa a alguém, dentro de uma competência linguística e discursiva. O discurso é uma

relação verbal entre locutor/enunciador e alocutário/enunciatário (CARDOSO, 2001. p. 2).

A leitura de um conteúdo jornalístico que se alinha com as crenças e identidades do leitor pode ser satisfatória e, por consequência, menos propensa a questionamentos. Portanto, é crucial a diversificação das equipes de jornalistas nas redações e a reformulação das estratégias de construção discursiva que moldam as narrativas LGBT. Gonçalves (2017) aponta que,

Como narrativa cultural, o jornalismo, em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, teria que dar conta das disputas e dos conflitos, bem como ser parte do processo que impede a formação de posições centrais e marginais (2017, p. 106).

Para garantir uma equidade entre gêneros e sexualidades no campo jornalístico, é necessário considerar e explorar todas as pautas, sem que heterossexualidade e cisgeneridade sejam as únicas posições de poder. No entanto, a realidade das mulheres travestis e transexuais é construída a partir de narrativas e discursos conservadores que perpetuam a transfobia na sociedade. Infelizmente, muitos conteúdos jornalísticos acabam reforçando comportamentos estereotipados e discriminatórios, perdendo a oportunidade de quebrar estigmas não só da comunidade LGBT, mas de outras minorias sociais.

É importante reconhecer que o jornalismo é influenciado por ideologias e valores específicos, e é necessário refletir sobre a maneira como se constrói narrativas LGBT para promover a dignidade de todos os sujeitos. No caso das mulheres travestis e transexuais, é fundamental tratar sua identidade de gênero com respeito e produzir conteúdos que contextualizem sua situação, incluindo os motivos pelos quais muitas delas se envolvem em trabalho sexual. Dessa forma, o jornalismo pode não só informar, mas também denunciar a negligência do Estado em relação a essas mulheres.

Ao dar uma breve busca sobre notícias publicadas sobre mulheres trans e travestis, já podemos observar e refletir sobre como os estereótipos sobre essa população estão presentes no campo jornalístico. As representações dessas mulheres são frequentemente relacionadas a violência e negação de direitos. Abaixo

contém algumas manchetes de reportagens encontradas na primeira página ao pesquisar as palavras “mulher trans” e “travesti” no buscador do Google,

 Revista OESTE

'Mulher trans' é removida de torneio de golfe de disco feminino

Depois de uma batalha judicial, a jogadora trans Natalie Ryan, dos Estados Unidos, foi removida de um torneio de golfe de disco feminino.

5 dias atrás

adulto e pegaria arma na discussão, o que a obrigou a...

1 semana atrás



 G1

Mulheres trans são agredidas por grupo em rodovia no interior de SP; vídeo

Duas mulheres trans, de 20 e 37 anos, foram violentamente agredidas na Rodovia João Batista Cabral Rennó, em Piratininga (SP).

1 semana atrás



 G1

'Eu ia ter virado estatística', diz mulher trans agredida a marteladas no RS

A mulher trans agredida a golpes de martelo em Esteio, na Região Metropolitana de Porto Alegre, disse ter temido "virar estatística",...

2 semanas atrás



Fonte: Print Screen da página de pesquisa do google na aba “notícias”. Palavra de pesquisa: “mulher trans” e “travesti”. Elaborado pela autora.

E sobre isso podemos apontar alguns motivos para explicá-los. O primeiro deles é que o leitor não tem muito interesse em conhecer as conquistas de mulheres trans e travestis. Guerra (2014) pode nos ajudar a compreender este fenômeno, pois o autor aponta que existem duas categorias de valor-notícia: os potenciais e os referenciais. Na primeira, existem acontecimentos que têm mais potencial de serem explorados pelo jornalismo, e no segundo, as produções devem considerar os

aspectos culturais e sociais. Sendo assim, deve haver uma negociação entre o meio e o leitor.

Nessa perspectiva, é importante que os meios jornalísticos não se limitem a abordar apenas tragédias relacionadas às mulheres travestis e transexuais, como tem ocorrido até o momento. É necessário explorar outras notícias que possam destacar as conquistas dessas mulheres na sociedade, mesmo diante de tantas barreiras. Para tanto, é preciso que organizações e pesquisadores trabalhem juntos na identificação das melhores alternativas para que o jornalismo possa alcançar esse objetivo.

Outro fator que pode influenciar a ausência da pluralidade nas representações de mulheres trans e travestis se explica por um ponto já discutido neste trabalho que é a ausência delas nas redações jornalísticas, pois este olhar traria uma diversidade sobre suas narrativas e sobre a sua realidade. Por fim, o fato das redações serem compostas em sua maioria por jornalistas heterossexuais e cisgêneros. É importante considerar que jornalistas são seres humanos com vivências e conhecimentos únicos, o que pode afetar a maneira como eles entendem e cobrem questões relacionadas aos movimentos sociais, como o Movimento LGBT. Essa subjetividade também se manifesta na forma como constroem as notícias que envolvem esse público.

Os jornalistas não são obrigados a estar envolvidos em todos os assuntos que precisam noticiar. Eles trazem consigo um conjunto de conhecimentos e experiências, que inevitavelmente influenciam a maneira como constroem uma notícia. Portanto, o jornalismo não cria realidades precisas, mas sim representações que buscam se aproximar da realidade,

A realidade oferecida pelas notícias é envolta pelos modos de conhecer típicos dos jornalistas e pelos modos específicos que estes possuem de estruturar o conhecimento através da linguagem. Jornais, rádio, televisão e portais web não se limitam a monitorizar os acontecimentos do mundo real. Constroem representações e relatos da realidade que são configurados pelos constrangimentos que emanam das convenções, ideologias e formas de organização típicas das empresas jornalísticas (CORREIA, 2012, p. 83).

Essas representações também sofrem interferência da própria instituição jornalística. Sato (2002) afirma que “As variações de jornal para jornal refletem a angulação de cada veículo, a edição, a relação repórter-realidade e variantes do universo de narração” (2002, p. 32). Algumas narrativas podem parecer superficiais para os leitores, como se o jornalista responsável pela produção não tivesse se dedicado o suficiente para coletar informações precisas. No entanto, é uma tarefa

desafiadora construir narrativas que considerem uma ampla gama de desdobramentos. Devido à pressão constante do ciclo de produção, muitas vezes sem recursos suficientes, os jornalistas podem ser obrigados a negligenciar detalhes importantes que poderiam enriquecer suas narrativas.

No contexto da representação de mulheres travestis e transexuais, o jornalismo tende a reforçar a ideia estereotipada de que essas mulheres não são mulheres legítimas, como as mulheres cisgêneras. Além disso, o jornalismo também pode reproduzir a cultura dominante, conforme descrito por Hartley (2001, p. 215), onde a autoridade social busca naturalizar ou legitimar os interesses dominantes. Esse fenômeno está diretamente ligado às representações estereotipadas das minorias sociais e é utilizado pelos grupos dominantes para manter sua posição de privilégio. Gonçalves aponta que os jornalistas possuem um papel fundamental quando se fala em compreensão de mundo, entre eles estão as narrativas binárias e heterocentradas. (GONÇALVES, 2017, p. 107).

As organizações jornalísticas têm a responsabilidade de combater estereótipos que podem generalizar a experiência de minorias sociais, impedindo uma compreensão mais profunda de suas vivências e potencialidades. Infelizmente, muitas vezes as informações apresentadas em matérias sobre esses grupos são praticamente iguais, mudando apenas alguns detalhes como nomes e modos de assassinato. A mídia e o jornalismo são referências importantes na formação de opinião dos cidadãos e têm um impacto direto em suas vidas. Por essa razão, é crucial que esses profissionais estejam atentos aos estereótipos construídos nas narrativas que produzem.

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros² Tem como exigência algumas recomendações aplicadas a pessoas LGBT, que tem como objetivo garantir o respeito a sua integridade,

Art 3º. A informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo. Art. 9º. É dever do jornalista respeitar o direito à privacidade do cidadão.

² Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros na íntegra no site da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Disponível em: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>. Acesso em: 30 abr. 2023.

Art. 10º. O jornalista não pode concordar com a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, raciais, de sexo e de orientação sexual.

Art. 16º. O jornalista deve pugnar pelo exercício da soberania nacional, em seus aspectos político, econômico e social, e pela prevalência da vontade da maioria da sociedade, respeitados os direitos das minorias.

Apesar de nem sempre serem seguidas, as recomendações para o combate à LGBTfobia são importantes para orientar os jornalistas em suas atuações. A contextualização é fundamental no jornalismo, pois permite que o público entenda melhor os assuntos abordados. No entanto, nem todas as narrativas jornalísticas recebem um nível profundo de contextualização, o que pode fazer com que as informações pareçam soltas, mal exploradas ou ambíguas, deixando de explorar a problemática social por trás dos homicídios de pessoas LGBT, em especial mulheres travestis e transexuais. As narrativas parecem relatar acontecimentos isolados, sem explicar em que contexto os homicídios ocorrem e por que essas vítimas são tão vulneráveis.

É preciso ir além das informações básicas e trazer fatos e dados que ajudem o leitor a compreender o cenário dramático e a refletir sobre possíveis soluções para esse problema. Segundo Canavilhas “O contexto permite uma maior aproximação à realidade porque junta informações a uma determinada situação e constrói assim um cenário integrativo para o acontecimento que foi objeto da notícia” (2013, p. 6). Ou seja, o contexto faz o leitor refletir e questionar-se sobre como e porque aquilo acontece.

Castilho (2005, p. 248) nos alerta para o fato de que as próprias organizações podem ser um dos motivos que atrapalham os jornalistas de trazerem o contexto para as suas notícias “O problema é que a contextualização exige muito mais trabalho e qualificação do profissional, contrariando a tendência das empresas de cortar custos e enxugar redações”.

Embora seja desafiador contextualizar textos jornalísticos, alguns jornalistas têm o desejo de fazê-lo, seja porque são LGBT ou porque possuem empatia com minorias sociais e compreendem a influência das informações na vida dos leitores. Através de uma contextualização profunda, é possível expor o preconceito enfrentado pelas mulheres transexuais e travestis, e como a sociedade as trata como objetos. Isso gera uma reflexão sobre um problema maior: a transfobia. Esta subseção demonstra o potencial do jornalismo em informar e desconstruir valores que são

aparentemente fixos e inalteráveis na sociedade, e como podemos aprender através dos conteúdos jornalísticos que a diversidade sexual e de gênero existe e é legítima.

4 JORNALISMO E SEU PAPEL NA LUTA PELOS DIREITOS DA POPULAÇÃO TRANS

4.1 A cobertura Jornalística em casos de violência contra mulheres trans

A violência não pode ser conceitualizada de maneira unificada, pois existem múltiplas formas de violência, cada uma com suas próprias características, contextos e lógicas distintas,

Considerando os fenômenos da violência, a perspectiva analítica centrada nas Representações Sociais permite captar os sentidos que os atores (protagonistas ou vítimas da violência) atribuem às suas representações e às suas práticas, sem secundarizar o sistema (ambiente, contexto, situação, estrutura) no qual esses atores agem e onde ações violentas são praticadas. Privilegia a subjetividade das representações sabendo, no entanto, que elas só se constroem em relação a um dado contexto ou ambiente objetivamente dado. (PORTO, 2006, p. 264)

Assim, é possível analisar as ações violentas e suas interpretações considerando tanto os atores sociais quanto a estrutura social em que estão inseridos. Esse exercício permite compreender o fenômeno da violência em suas dimensões objetiva e subjetiva, levando em conta os dados concretos de sua ocorrência na sociedade e as percepções individuais do que é considerado como violência e como ela afeta a realidade social. Segundo Porto: “[...] definir algo ou alguém como violento implica captar as relações entre objetividade e subjetividade da violência [...]” (PORTO, 2006, p. 265).

Devido à ruptura que a identidade trans promove na norma heterossexual e binária da sociedade atual, muitas vezes a resposta a essa busca por afirmação é a eliminação física da pessoa trans. Esse tipo de violência é caracterizado pelo homicídio e pode ser compreendido como uma forma de violência letal e de gênero, uma vez que é motivado pelo gênero com o qual a pessoa se identifica. Neste sentido, a autora aponta que a internet e a aceleração das comunicações possibilitada pela tecnologia atual tem impacto na percepção do fenômeno da violência pelo indivíduo,

Os meios eletrônicos, ao mesmo tempo em que possibilitam a quase simultaneidade entre acontecimento e informação (o mundo é aqui e agora, em tempo real) “poupam” os indivíduos, intermediando vários de seus contatos com o mundo, protagonizando a potencialização do ‘encolhimento do mundo’. Em certo sentido, seria o mundo virtual ‘construindo o ‘real’’. O outro lado desta mesma moeda transforma o real em espetáculo produzido pelos meios de massa. É o que ocorre, por exemplo, com o fenômeno da violência, transformado em produto, com amplo poder de venda no mercado de informação, e em objeto de consumo, fazendo com que a “realidade” da violência passe a fazer parte do dia a dia mesmo daqueles que nunca a confrontaram diretamente enquanto experiência de um processo vivido. A violência passa a ser consumida num movimento dinâmico em que o consumo participa também do processo de sua produção, ainda que como representação. Também como representação multiplicam-se as categorias de percepção da violência. Nesse sentido, é unânime a representação segundo a qual os meios funcionam como um tipo de tribunal do júri, antecipando ou dando o tom, em termos da condenação ou absolvição de um suspeito. (PORTO, 2012, p. 163)

Ou seja, as tecnologias de comunicação eletrônica têm introduzido novas formas de transmissão de informações, o que tem afetado a percepção do fenômeno da violência pelo indivíduo. A proximidade temporal entre o evento violento e sua divulgação cria a sensação de que o fenômeno está impactando diretamente a vida das pessoas, mesmo que estas estejam fisicamente distantes. Nesse sentido, o mundo virtual constrói uma realidade paralela que, por sua vez, transforma a violência em um espetáculo midiático facilmente comercializável. Como resultado, a violência passa a fazer parte do cotidiano da maioria das pessoas, embora não afete todas de maneira concreta. Ademais, a maneira como a violência é representada pelos meios de comunicação influencia a interpretação da gravidade e da legitimidade dessas ações violentas.

A falta de dados oficiais sobre homicídios de pessoas trans cria uma situação em que os meios de comunicação se tornam a principal fonte de informação sobre esses casos. Como não há uma tipificação jurídica específica para homicídios motivados por ódio à orientação sexual ou identidade de gênero, esses crimes são

categorizados como homicídios comuns, o que resulta na ausência de dados oficiais para esses casos. Além disso, alguns casos nem chegam a ser noticiados, o que pode levar à perda de informações sobre eles.

Para superar essa dificuldade, é necessário contar com a ajuda de informantes locais para obter informações mais precisas sobre esses crimes. Como aponta Benevides (2018), existem casos em que nenhum meio de comunicação cobre o assassinato de uma pessoa trans, e por isso, somente podemos contar com relatos de pessoas locais para obter informações sobre o ocorrido. É importante ressaltar que casos subnotificados como esses correm o risco de se perderem se não fosse pela ajuda de informantes locais. Dessa forma, a colaboração dessas pessoas é fundamental para identificar e documentar os casos de violência contra pessoas trans que não são divulgados pela mídia.

De acordo com a teórica Judith Butler, que é uma importante referência no debate sobre as experiências queer, é fundamental considerar que a vulnerabilidade do corpo antecede a formação do sujeito, o que significa que toda a vida humana é precária desde o início. Essa perspectiva é relevante para compreender a violência contra pessoas trans, uma vez que essa violência é baseada em estereótipos e normas rígidas de gênero, que impõem uma determinada forma de ser e de se expressar.

Dessa forma, é necessário levar em conta que a vulnerabilidade das pessoas trans é uma questão estrutural, que afeta toda a sua existência, “O outro, contra minha autonomia, pode me levar desde o sofrimento físico à erradicação total do meu ser [...]” (BUTLER, 2011. p.17). Segundo a autora, a violência é uma forma extrema de exposição da vulnerabilidade humana, demonstrando como o corpo pode estar sempre à mercê da vontade de terceiros, sujeito a ações deliberadas de violência. Segundo sua teoria, a fonte da vulnerabilidade é inerente à própria condição humana, e não pode ser eliminada.

Em determinadas condições sociais e políticas, essa vulnerabilidade se intensifica, e certas vidas são constituídas como mais precárias do que outras. Essa condição é particularmente evidente no caso da violência contra pessoas trans, que são frequentemente alvo de discriminação e ataques violentos devido à sua identidade de gênero (BUTLER, 2011).

As pessoas trans são marcadas por uma intersecção de fatores sociais que as tornam rejeitadas por grande parte da sociedade, devido à sua não conformidade com

a normativa binária de gênero. Essa rejeição faz com que suas vidas sejam mais precárias do que as de outras pessoas. Por isso, as pessoas trans são particularmente vulneráveis à violência e homicídios. (BUTLER, 2011). Isso evidencia que o assassinato de pessoas trans é visto como uma punição, não apenas uma forma de tirar suas vidas, como se o corpo tivesse que ser completamente destruído, juntamente com sua identidade, punido simplesmente por existir.

Neste sentido, quando analisamos algumas reportagens que tem como sujeitos mulheres trans, muitas vezes não respeitam sua identidade de gênero, referindo-se a elas pelo chamado “nome morto”, que seria o nome que consta na certidão de nascimento, e não pelo nome que elas querem ser chamadas. Nesse caso, a mídia não só omite a identidade de gênero da vítima como também deixa de considerar a possibilidade de que a motivação do crime tenha sido a transfobia. Isso leva o leitor a acreditar que se trata apenas de um homem cisgênero que foi morto por um motivo ainda desconhecido. Dessa forma, a vítima sofre dois tipos de violência: primeiro, sua existência física é eliminada de forma cruel e violenta; segundo, sua identidade é apagada ao ser referida pelo nome registrado ou ao não se considerar a possibilidade de que a motivação tenha sido a transfobia.

Além disso, o que pode também explicar essa “confusão” com as identidades das pessoas trans é o que aponta Silva (2018): “A temática da transexualidade mostra-se objeto de confusão aos leigos por superficialmente se assemelhar com homossexualidade e travestilidade. Por diversas vezes, o assunto é tratado como homossexualidade.” (SILVA, 2018, p. 19). Portanto, a identidade trans pode ser pensada como uma das novidades inseridas no mundo social, que geram representações, as quais entram em conflito em busca de hegemonia e moldam condutas. A incompreensão de grande parte da sociedade quanto à transexualidade pode ser relacionada a essa disputa de representações.

4.2 Papel do Jornalismo na denúncia de violações de direitos das mulheres trans

Nesta Seção discorreremos acerca das diversas dificuldades vivenciadas pelas mulheres trans, e sobre como elas são frequentemente alvo de discriminação, violência e exclusão social, enfrentando uma série de desafios em suas vidas. Sendo o jornalismo uma ferramenta poderosa que desempenha um papel fundamental como

agente de denúncia na sociedade, ao investigar a fundo e dar voz a populações marginalizadas, ele expõe as mazelas de uma sociedade binária, que se esforça em manter seu status e tem aversão a tudo que fuja da regra normativa de gênero.

Nas pesquisas para a realização deste trabalho, foi encontrado um aplicativo chamado TransFormação que tem como objetivo “servir de glossário para informar as diversas maneiras de se referir a uma pessoa LGBTT’s, tais como: não confundir transfobia e homofobia, se referir a mulher transexual pelo pronome feminino “ela” e não “ele”, entre outros.” (PORTO; VARGAS; FEITOSA, 2016, p. 01). O aplicativo

[...] conta com seis abas. São elas: Guia para comunicadores, Trans-Infomação, Bi-biblioteca, Links Úteis, Documentário e Mande sua dúvida. A aba “Guia para Comunicadores” traz 30 verbetes do universo LGBTT, organizados por ordem alfabética, para que o comunicador não erre na hora de se referir a pessoa. O objetivo é esclarecer dúvidas, evitar erros como confundir homofobia com transfobia, entre outros. Na aba Trans-Infomação você encontra vídeos explicativos, como por exemplo, a sigla LGBTT, os vídeos têm duração de menos de dois minutos e são explicados pelas transexuais que fizeram parte do documentário TransFormação, que trata de transexualidade e educação. (PORTO, VARGAS; FEITOSA, 2016, p. 5-6);

O aplicativo pode ser encontrado através do QR code abaixo:



É importante reconhecer que o jornalismo desempenha um papel fundamental na conscientização sobre questões sociais, muitas vezes sendo o primeiro contato da população com determinados temas. Para promover uma mudança na narrativa sobre diversidade nos meios de comunicação, é necessário que tanto a mídia quanto os jornalistas reconheçam a responsabilidade histórica que têm com as populações LGBTQIA+ e se comprometam a mudar as práticas que perpetuam estereótipos e informações equivocadas sobre esses grupos. A mídia possui um papel histórico determinante nesse sentido.

É importante conscientizar-se de que existe uma dívida com a diversidade para que os meios de comunicação não acreditem que podem continuar perpetuando preconceitos. Além disso, é necessário promover uma conscientização mais ampla sobre o tema. Na maioria dos Estados do Brasil, não existem instituições estatais que cuidem especificamente do bem-estar das populações LGBTQ+, como existem para outros grupos vulneráveis, como indígenas, mulheres ou migrantes, isso resulta na ausência de estruturas legais e políticas públicas relacionadas à diversidade e, principalmente, na falta de fontes oficiais às quais os jornalistas possam recorrer para embasar suas histórias.

A Teoria da Responsabilidade Social atingiu seu auge nos Estados Unidos durante o final dos anos de 1940 e meados dos anos de 1970, onde, segundo Pereira (2004, p. 8), "Para alguns autores, esta seria a 'idade de ouro' da imprensa". O autor menciona que esse período marcou a percepção de que o jornalismo estava se tornando uma profissão orientada pelos interesses de mercado, o que resultou na quebra do "ideal romântico" associado à profissão. Expressões como "cães de guarda da sociedade" ou "Quarto Poder" foram afetadas pela crescente comercialização da imprensa, levando a mudanças no jornalismo e na estrutura social.

Pereira (2004) também afirma que, nos Estados Unidos, com a predominância de uma dimensão comercial na imprensa, o jornalismo passou a ter momentos mais "românticos" em sua concepção. No entanto, isso só se tornou possível após a introdução da Teoria da Responsabilidade Social,

A teoria é, antes de tudo, uma resposta à crescente concentração empresarial dos meios de comunicação norte-americanos. Por isso, ela instituiu diretrizes que vão orientar a atividade jornalística de forma a melhorar a qualidade da produção noticiosa e separá-la da necessidade de gerar lucros. (PEREIRA, 2004, p. 6)

Embora acreditassem na época que o modelo seria estável e duradouro, o autor argumenta que ele sucumbiu devido à ascensão do "jornalismo de mercado". No entanto, os jornalistas, como intelectuais, reconhecem que, mesmo trabalhando em empresas representativas do capitalismo tardio, continuam vendo sua atividade como um serviço público destinado a objetivos além do econômico.

O poder do jornalismo e dos jornalistas reside na importância de suas responsabilidades sociais. Reconhecer essas responsabilidades é fundamental tanto para os jornalistas quanto para as empresas jornalísticas. Isso implica em não reduzir

as notícias a meras mercadorias e em não ignorar os ideais mais nobres do jornalismo, que conferem legitimidade ao negócio.

A circulação de notícias com o propósito de pautar temas para debates amplos é tão crucial que a responsabilidade social, conforme observado por Ijuim (2009), parece ser algo firmemente estabelecido no meio jornalístico, pois,

A expressão, que carrega força e impacto, é comumente usada como bordão de campanhas institucionais e/ou mercadológicas de empresas de comunicação. Tal consagração talvez advenha do papel histórico da imprensa de ser tribuna para debates e instrumento de movimentos decisivos que culminaram em conquistas expressivas para a sociedade. (IJUIM, 2009, p. 32)

A importância de combater a perseguição e discriminação com base na identidade de gênero enfatiza o papel fundamental da imprensa no agendamento de discussões sobre o tema, como evidenciado neste trabalho. No entanto, o papel da imprensa vai além do agendamento, pois também desempenha um papel essencial na forma como o tema é apresentado, nos enquadramentos utilizados. Assim como a imprensa pode conscientizar, também pode contribuir para a ampliação dos preconceitos.

Ao investigar profundamente, dar voz aos marginalizados e expor a corrupção e os abusos de poder, os jornalistas têm o poder de revelar a verdade e contribuir para uma sociedade mais justa e transparente. No entanto, é essencial proteger e valorizar a liberdade de imprensa, garantindo que os jornalistas possam desempenhar seu trabalho sem medo de retaliação. Somente assim poderemos aproveitar todo o potencial do jornalismo como uma ferramenta de denúncia e promover mudanças positivas.

Sendo assim, de que forma a divulgação de denúncia de casos de violências contra mulheres trans contribui para um real engajamento nas discussões de discriminação para com esta parcela da população? Tais como debates que poderiam ajudar na conscientização sobre o tema?

No contexto de uma sociedade em constante midiatização, profundamente transformada social e culturalmente pelos meios de comunicação e formas de mídia transnacionais, observamos que os atores sociais assumem o protagonismo em momentos diversos, resultando em um engajamento global (HJARVARD, 2014). Ou seja, onde os atores sociais impulsionam discussões relacionadas à orientação

sexual, é importante ressaltar um movimento em que a mídia, composta por jornalistas e meios de comunicação, exerce influência sobre o público ao agendar esses debates, resultando em diversas reações - um movimento bilateral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mulheres trans e travestis são frequentemente representadas em situações de violência. Nesta pesquisa, demonstramos que os corpos trans só recebem destaque quando são violados, expostos e utilizados como exemplo do que não devemos ser como homens ou mulheres. Essa é a forma hegemônica como o discurso jornalístico constrói essas mulheres, através da escolha de certos termos em detrimento de outros, da priorização de determinados valores noticiosos e do uso de fontes que silenciam qualquer outro papel dessas mulheres que não esteja ligado à violência.

Ao longo deste trabalho, defendemos o conceito de contextualização profunda como uma forma de o jornalismo contribuir no combate à transfobia, por meio de representações diversas. Reconhecemos que essa abordagem pode parecer utópica, mas acreditamos que é através da busca pela utopia que devemos continuar avançando. Compreendemos que é desafiador incluir, em todas as notícias, dados ou fatos que expliquem de maneira aprofundada a situação das mulheres travestis e transexuais no Brasil. No entanto, quando abordarem casos de violência sofridos por essas mulheres, seria eficaz incluir uma frase ou nota explicando que tais casos não são isolados.

A contextualização profunda vai além dos dados e fatos já mencionados, começando pela inclusão de mulheres travestis e transexuais nos portais jornalísticos, seja por meio de reportagens ou de fotografias que representem adequadamente o que está sendo proposto. Esse movimento ocorre quando os jornalistas entendem que representar uma mulher travesti ou transexual vai além de apenas abordá-la em matérias com teor violento. Mesmo quando a contextualização além do lead não é possível, acreditamos que um tratamento respeitoso é necessário. Isso envolve a humanização dos personagens noticiosos, conforme explicado nos capítulos anteriores.

Utilizar o nome social das mulheres travestis e transexuais em vez de seus nomes civis, por exemplo, é uma maneira de identificá-las com dignidade, pois seus nomes representam uma luta por cidadania. Não reduzi-las às suas identidades, ouvi-las e permitir que sejam protagonistas de suas próprias narrativas também são formas de representá-las como mulheres que lutam e resistem na esperança de um dia viverem de acordo com seus desejos.

Um ponto comum em todas essas situações é a consequência da invisibilidade social, que também se reflete na invisibilidade nas reportagens. Isso gera outros aspectos comuns que precisam ser analisados e repensados. A falta de apuração aprofundada nas reportagens sobre transexuais e travestis muitas vezes demonstra uma falta de credibilidade dessas fontes, que são desconsideradas por diferentes motivos, relegando-as ao âmbito do risível, como observado em um dos casos analisados.

É importante compreender que essas narrativas representam uma realidade de exclusão e invisibilidade social das pessoas transexuais e travestis, mas não capturam sua realidade mais profunda e diversificada. Elas não concedem voz e credibilidade a essas pessoas da mesma forma que o fazem com outras fontes que são consideradas hierarquicamente superiores e possuem uma confiança maior.

Além disso, para que haja uma verdadeira transformação na forma que as mulheres trans e travestis são representadas na sociedade, é necessário que elas, efetivamente, deixem de ser apenas um nome em uma manchete para se tornar um nome no quadro de jornalistas. Elas precisam ocupar esse local, precisam fazer parte de uma mudança que a muito tempo já deveria ter acontecido.

Devemos considerar também que, ao longo da escrita deste trabalho, a todo momento era latente a inquietação acerca da presença de profissionais transgêneras no jornalismo alagoano, infelizmente nada foi encontrado sobre isso. Porém, não esperávamos nada diferente, já que Alagoas, apesar de um dos menores Estados do Brasil, está na 8ª posição quando se fala em assassinato de travestis e transgêneros,

como aponta o site da Tribuna Hoje³ e o primeiro no que tange a violência contra a população LGBTQIA+, como informa o Gazeta de Alagoas⁴.

Outro aspecto que é importante relacionar com a realidade do Estado de Alagoas, é que a única disciplina onde um dos focos é abordar questões de gênero no curso de Jornalismo da Universidade Federal de Alagoas é a disciplina eletiva de 40h chamada “Racismo, gênero: Impactos nas organizações”. Isso é um reflexo da pouca, ou até menos da falta da participação de interesse pelo tema dentro do curso de Jornalismo da Ufal.

Compreendemos que a mídia desempenha um papel fundamental na forma como representamos e absorvemos a realidade ao nosso redor. Se os meios de comunicação de massa ignorarem a existência de diferentes tipos de indivíduos na sociedade, ou se derem a esses indivíduos um tratamento debochado e preconceituoso, corremos o risco de incentivar que outras pessoas reproduzam esse comportamento, mesmo sem compreenderem plenamente o impacto disso. Nesse sentido, é importante destacar que o jornalismo exerce um papel essencial como mediador entre a diversidade de realidades representadas em suas narrativas e o público receptor, desempenhando um papel decisivo na dinâmica dessas relações.

³ Alagoas é o 8º no ranking de assassinatos de travestis e transexuais. Disponível em: <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2023/01/28/115368-alagoas-e-8o-no-ranking-com-mais-assassinatos-de-travestis-e-transexuais>. Acesso em: 20 mai. 2023

⁴ Com 16 assassinatos em 2021, Alagoas é o Estado mais violento para LGBTQIA+. Disponível em: <https://d.gazetadealagoas.com.br/cidades/349556/com-16-assassinatos-em-2021-al-e-estado-mais-violento-para-lgbtqia>. Acesso em: 20 mai. 2023

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cecília Barreto de; VASCONCELLOS, Victor Augusto. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo. **Revista Direito GV**, v. 14, p. 303-333, 2018.

ALVES, Cláudio Eduardo Resende; SOUZA, Magner Miranda de; MOREIRA, Maria Ignez Costa. A arte de nomear: leituras (trans) gressoras de gênero a partir de uma obra dadaísta de Marcel Duchamp. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 6, p. 27-44, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/20552/13173> . Acesso em: 20. mai. 2023.

AMARAL, Thiago Clemente. Travestis, transexuais e mercado de trabalho: Muito além da prostituição. **Anais do Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**, 2013.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. Tese de Doutorado. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2012.

ANGELIN, Rosângela; MARCO, Thaís Kerber De. Viabilização de direitos de cidadania para minorias em uma sociedade multicultural. **Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, n. 11. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/11805/1648> . Acesso em: 29. abr. 2023.

AZEVEDO, Fernando Antonio. Democracia e mídia no Brasil: um balanço dos anos recentes. **Mídia e democracia**, p. 23, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENEVIDES, Bruna; SIMPSON, Keila. Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017. **Associação Nacional de Travestis e Transexuais-ANTRA**, jan, 2018.

BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 1, n. 1, p. 13, 2011.

CANAVILHAS, João. Jornalismo móvel e realidade aumentada: o contexto na palma da mão. **Revista Verso e Reverso**, v. 27, n. 64, p. 2-8, 2013. Disponível em:

<https://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2013.27.64.01/1394>. Acesso em: 30. abr. 2023.

CARDOSO, Darlete. O jornalismo como (re)produtor de enunciados. **Linguagem em (Dis) curso**, v. 1, n. 2, 2001.

CASTILHO, Carlos. Webjornalismo: o que é notícia no mundo on-line. In: RODRIGUES, Ernesto (Org.). **No próximo bloco**: o jornalismo brasileiro na TV e na internet. São Paulo: Ed. PUC-Rio, Loyola, 2005.

CORREIA, João Carlos. A construção social da realidade e o jornalismo como profissão especializada. In: CUNHA, Isabel Ferin; CABRERA, Ana; SOUSA, Jorge Pedro (Orgs.). **Pesquisa em media e jornalismo**: homenagem a Nelson Traquina. Portugal: LabCom, 2012.

DA SILVA, Fernando Guimarães Oliveira; MAIO, Eliane Rose. O entre-lugar das trans nas escolas. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 8, p. 307-324, 2017.

DE JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos - Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2 ed. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf> . Acesso: 20 mai. 2023.

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça. Travestis, transexuais e transgêneros na escola: um estado da arte. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 23, n. 2, mai./ago 2016. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/5349/3272>. Acesso em: 23 de abr. 2023.

GONÇALVES, Gean Oliveira. **Signo da diversidade**: narrativa e compreensão jornalística com pessoas LGBT. 2017. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-07112017-152204/pt-br.php>. Acesso em: 30. abr. 2023.

GUERRA, Josenildo Luiz. Uma discussão sobre o conceito de valor-notícia. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (Orgs.). **Problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª edição. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HARTLEY, John. **Conceitos-chave em estudos de comunicação e cultura**. Piracicaba: UNIMEP, 2001.

HASHIMOTO, Felipe Maia Braga; FELIPPE, Bianca Caroline; MOREIRA, Tauanna Ferreira. Os desafios cotidianos para a construção da identidade do sujeito através do trabalho—uma resenha sobre o filme “Nise: o coração da loucura”. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 7, n. 2, p. 1753-1757. HERRING, Cedric;

HENDERSON, Loren. From affirmative action to diversity: Toward a critical diversity perspective. **Critical Sociology**, v. 38, n. 5, p. 629-643, 2012.

HJARVARD, Stig. **A midiatização da cultura e da sociedade**. Editora Unisinos, 2014.

IJUIM, Jorge Kanehide. A responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. **Em questão**, v. 15, n. 2, p. 31-43, 2009.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira **Mais de 400 travestis e transexuais usarão nome social no Enem 2016**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/07/mais-de-400-travestis-e-transexuais-usarao-nome-social-no-enem2016>. Acesso em: 23 de abr de 2023.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Aqui não temos gays nem lésbicas”: estratégias discursivas de agentes públicos ante medidas de promoção do reconhecimento da diversidade sexual nas escolas. *In: Revista Bagoas*, n. 4, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2302>. Acesso em: 23 de abr. 2023.

LAGO, Maria Coelho de Souza. **Identidade**: a fragmentação do conceito. *In: SILVA, Alcione Leite da et al. (Orgs.). Falas de Gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 119-129.

LEITE JUNIOR, Jorge. "**Nossos corpos também mudam**": sexo, gênero e a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico. 2008. 230 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação Docente—Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 3, n. 4, p. 62-70, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Autêntica, 2018.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Autêntica, 2017.

MONTALVÃO, Allan Michael. **Sem sinal**: uma grande reportagem sobre o mercado de trabalho de telejornalismo para pessoas LGBTQIA+; 2020. Trabalho de

Conclusão de Curso;(Graduação em Jornalismo) - Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília C - UNB., 2020.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2003.

NUNES, Raul. A identidade transfeminista através da rede. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498259865_ARQUIVO_raulnunes.pdf. Acesso em: 25. mai. 2023.

PEREIRA, Fábio Henrique. Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, 2004.

PORTO, José Ilton Lim; VARGAS, Larissa Batista de; FEITOSA, Sara Alves. **Aplicativo para smartphone TransFormação**. Disponível em <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2016/expocom/EX50-1539-1.pdf> Acesso em: 20 mai. 2023.

PORTO, Maria Stela Grossi. Crenças, valores e representações sociais da violência. **Revista Sociologias UFRGS**, Porto Alegre, v. 8, n.16, p. 250-273, 2006. Disponível em: scielo.br/j/soc/a/gLmN4Wp4zrXGRJTwYLZ7gqD/?lang=pt&format=html. Acesso em: 15 mai. 2023.

PORTO, Maria Stela Grossi. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. **Revista Sociologias UFRGS**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p.152-171, 2012. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/soc/a/bf7h6ZbrWzN4kvXnrZKbFRL/abstract/?lang=pt> Acesso em: 15 mai. 2023

REIDEL, Marina. **A pedagogia do salto alto**: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

REIDEL, Marina. Ser trans e as interlocuções com a educação. *In*: **Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas**. (Orgs.). NARDI, Henrique Caetano; SILVEIRA, Raquel da Silva; MACHADO, Paula Sandrine. . Porto Alegre: Sulina, 2013. p. 62-72.

ROSA, Rosane. A natureza e os limites dos discursos jornalísticos. **Cadernos da Escola de Comunicação**, v. 1, n. 1 (2003). Disponível em:<https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernoscomunicacao/articloe/view/1904>. Acesso em: 30. abr. 2023.

SANTORO, Emilio. Estereótipos, preconceitos e políticas migratórias. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, v. 6, n. 1, p. 15-30, 2014. Disponível em:

<https://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/rechtd.2014.61.02/4130>. Acesso em: 29. abr. 2023.

SATO, Nanami. Jornalismo, literatura e representação. *In*: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (Orgs.). **Jornalismo e literatura: a sedução da palavra**. São Paulo: Editora Escrituras, 2002

SCOTE, Fausto Delphino; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas Trans no Ensino Superior. **Perspectiva**, v. 38, n. 2, p. 1-25, 2020.

SOARES, Rosana de Lima. **Margens da comunicação: discurso e mídias**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

SILVA, Inajara Piedade. **A transexualidade sob a ótica dos direitos humanos: a redesignação de sexo na sociedade globalizada**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. *In*: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso**. 2001. 542 f. Tese (Doutorado em Jornalismo) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa internacional**. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2008.

ZAULI, Amanda; DA CRUZ ROCHA, Candyce; SALES, Clarissa Tolentino Ribeiro (Orgs.). **Reflexões sobre diversidade e gênero**. Brasília: Edições Câmara, 2013.